

Colégio de líderes discute votação sobre bebidas

Medida tornará crimes de adulteração hediondos

Por Gabriela Gallo

Após o plenário da Câmara dos Deputados aprovar na última semana a urgência do projeto de lei que torna crime hediondo a adulteração e falsificação de alimentos e bebidas (PL 2307/2007), a Casa deve pautar a discussão do tema ainda para esta semana. O relator da medida, deputado federal Kiko Celeguim (PT-SP), disse que nesta quarta-feira (8) a partir das 10h será realizada uma audiência pública na Câmara para discutir o projeto. Segundo o parlamentar, a medida visa “ajudar as autoridades policiais a não só tipificar melhor os criminosos na legislação, mas penalizar e isso desencorajá-los a cometer esse tipo de delito”.

“A lei atual ainda deixa brechas que dificultam a punição dos verdadeiros responsáveis, quem fabrica, financia ou organiza esse tipo de crime. Garantir maior controle e rastreabilidade de produtos sensíveis, como bebida alcoólica, é fundamental”, manifestou o relator em suas redes sociais. Ele ainda reiterou que a proposta visa enquadrar os responsáveis pela adulteração de bebidas “com o rigor que o caso exige, sem punir injustamente trabalhadores que atuam em bares ou restaurantes”.

Kiko Celeguim quer se encontrar com os ministros de Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, da Saúde, Alexandre Padilha, além da Receita Federal e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Após a audiência, o relato r do PL 2307 pretende finalizar e apresentar seu parecer na reunião de líderes da Câmara nesta quinta-feira (9).

Reforma administrativa pode enfrentar obstáculos

Integrantes do governo e deputados que participaram do grupo de trabalho sobre a reforma administrativa afirmam que a proposta apresentada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) na quinta-feira (2) traz medidas impopulares e com baixa probabilidade de avançar neste ano.

A avaliação é compartilhada nos bastidores mesmo após o parlamentar, coordenador do grupo de trabalho da reforma administrativa, ter adotado sugestões do governo federal e cedido em temas a pedido do Ministério da Gestão. Há relatos de ceticismo mesmo com o interesse na matéria manifestado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Parlamentares que estiveram na maior parte das audiências públicas do grupo, das quais participaram também sindicatos, especialistas e entidades do terceiro setor, optaram por ficar de fora da autoria da PEC (proposta de emenda à Constituição).

Fora o coordenador, o grupo de trabalho contou com 17 integrantes de diferentes partidos, mas apenas cinco assinam o texto: os deputados Zé Trovão (PL-SC), Fausto Santos Jr. (União Brasil-AM), Marcel van Hattem (Novo-RS), Neto Carletto (Avante-BA) e Júlio Lopes (PP-RJ).

Parte dos deputados que ficaram de fora da autoria



Valter Campanato/Agência Brasil

Segundo Padilha, mais de 82% dos casos foram em São Paulo

Antes de solicitar ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que paute a medida no plenário, ele quer ouvir os líderes antes.

Maior escala

O relator ainda pontuou que, apesar da adulteração de bebidas não ser uma novidade, antes as falsificações eram “rudimentares”, ou seja, limitavam-se a distribuidoras e destilarias menores e, na atual conjuntura, a situação é ampla e em maior escala. “Agora o que a gente está vendo atingiu todo o território nacional. Então, supostamente, tem todos os indícios aqui de que tem envolvimento de dinheiro pesado, porque nós estamos falando de falsificação de rótulos importantes, de marcas conhecidas”, disse Celeguim em entrevista à Globonews.

Ele ainda não descartou a possibilidade de bebidas adulteradas serem resultado de ações do crime organizado, especialmente após as recentes opera-

ções policiais que apontaram que organizações criminosas usaram postos de combustíveis e moteis para lavar dinheiro.

Metanol

Protocolado em 2007, o projeto de lei foi apresentado na época em que foram descobertos casos de adulteração do leite com água oxigenada e soda cáustica por uma cooperativa em Minas Gerais. O caso ganhou notoriedade neste ano e chamou a atenção dos congressistas para ser votado em decorrência dos surtos de infecções por metanol em bebidas alcoólicas que vem acontecendo no país desde a semana passada.

Segundo informações divulgadas na noite desta segunda-feira (6) pelo Ministério da Saúde, o país registra 217 notificações de intoxicação por metanol após consumo de bebida alcoólica. Deste total, 17 casos foram confirmados e 200 seguem em investigação. Além disso, dois óbitos foram

confirmados em decorrência da infecção por metanol em São Paulo e 12 mortes seguem em investigações se ocorreram pela infecção ou por outras questões – as investigações são de mortes que ocorreram em Mato Grosso do Sul (1), Pernambuco (3), São Paulo (6), Ceará (1) e Paraíba (1).

Em coletiva de imprensa na tarde desta segunda-feira (6), o ministro da Saúde Alexandre Padilha alertou que, a grande maioria dos casos tem se confirmado no estado de São Paulo. Do total de casos confirmados até o momento, 82,49% das notificações são de São Paulo – sendo 15 casos confirmados e 164 em investigação.

Questionado sobre o etanol farmacêutico – o antídoto utilizado no tratamento de casos de infecção por metanol –, Padilha informou que o Ministério adquiriu a quantidade suficiente para todos os lotes. Foram adquiridas 2,5 mil ampolas do antídoto.

O texto cria um teto de gastos para o Legislativo e o Judiciário de estados e municípios, além de limitações para o número de secretarias no caso das cidades em que o custo da administração pública é superior à receita líquida corrente.

A proposta estabelece ainda uma revisão de gastos a partir de avaliações e auditorias de políticas públicas, para que as despesas possam ser realocadas, se for necessário.

Em agosto, a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, já havia manifestado preocupação com a aplicação das mudanças apresentadas por Pedro Paulo. Entre elas, a redução de 50% dos salários iniciais das carreiras e a criação de uma tabela salarial única para os servidores públicos, que estão presentes no texto. Na ocasião, Dweck afirmou que as propostas eram boas, mas difíceis de serem implementadas.

Para o coordenador do grupo, as mudanças não representam um desafio para estados e municípios, que já estão sujeitos à lei de responsabilidade fiscal. “A medida de disciplinamento da despesa é uma regra igual à do poder federal. Nós estamos submetidos a essa regra, é só implementar. Os municípios, os estados, eles têm uma série de regras, segundo a lei de responsabilidade fiscal e segundo a Constituição.”

Luany Galdeano (Folhpress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Alan Santos/Agência Brasil



Conversa com americano ocorre em semana decisiva

Bolsonarismo engoliu mal o encontro de Lula e Trump

O bolsonarismo insiste na versão de que Donald Trump preparou uma armadilha para Lula na reunião de ontem, mas a conversa entre os dois foi muito mal digerida entre os partidários do ex-presidente.

Isso, principalmente porque a semana tende a ser decisiva para o futuro do projeto de redução de penas para condenados por tentativa de golpe.

O tom amistoso entre os presidentes, ressaltado pelo próprio norte-americano, compromete a visão de que os Estados Unidos fariam de tudo para salvar a pele de Jair Bolsonaro.

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) escreveu no X que Trump fez uma “jogada de craque” ao nomear o radical Marco Rubio, secretário de Estado, para negociar com o Brasil.

Sem anistia

O problema é que a reunião em si entre os dois presidentes e um possível futuro encontro pessoal derrubam a ideia de a conversa só ocorreria depois que houvesse anistia a Bolsonaro ou o Supremo Tribunal Federal voltasse atrás em sua decisão de condená-lo.

Motivos

Apesar das reservas em relação Trump, o governo acha difícil que ele tenha uma carta na manga contra Lula — teria sido mais fácil deixar tudo como estava. E atribui a mudança a pressões de setores importantes da economia dos EUA e de empresas daqui que investem lá.

Divulgação



Secretário de Estado cuidará da relação com o Brasil

Inimigo da esquerda, Rubio não é sub, do sub, do sub

Há também uma tendência no Planalto de achar relevante que Trump tenha designado um dos seus mais importantes auxiliares para cuidar das relações com o Brasil. Isso contrasta com o fato de que a embaixada dos EUA em Brasília esteja sem titular desde janeiro.

Um integrante do governo brasileiro resalta

que negociar com o secretário de Estado dos EUA, por mais direitista que ele seja, é melhor do que conversar com “o sub do sub do sub” — como, em 2002, Lula se referiu ao chefe do escritório de representação comercial da Casa Branca, Robert Zoellick, que criticara uma posição do petista, então presidente eleito.

Olho no lance

Animado com a realização do encontro, com o clima cordial entre os dois presidentes e com o post simpático de Trump — que aponta para futuro das relações entre os dois países — o governo agora redobra as atenções. Não quer dar um passo em falso e fazer gol contra.

Reflexão

A conversa entre os dois presidentes aumentou o volume das críticas do Centrão — e, mesmo, de uma ala do PL — ao tom radical de, especialmente, de Eduardo e Carlos, filhos de Bolsonaro. Políticos que caminhavam para a oposição, fizeram uma espécie de parada técnica.

Alerta ligado

O Itamaraty mantém a cautela de setembro, quando coube ao ministro Mauro Vieira dizer que a conversa então anunciada por Trump na ONU poderia ser remota. Sabe que bolsonaristas vão pressionar o norte-americano ainda mais, e é bom deixar o alerta ligado.

Guerra na TV

Primeira presidente da EBC, a jornalista Tereza Cruvinel lança hoje, na ABI, “Memória de um Desafio – A guerra da TV pública e a criação do sistema EBC”, livro em que fala dos desafios que encarou. Diz que sofreu “bullying midiático” de muitos veículos de comunicação.